



AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CMNI COBRA RESPOSTAS DA LIGHT PARA PROBLEMAS NO FORNECIMENTO DE ENERGIA EM NOVA IGUAÇU

Concessionária se comprometeu a responder, em até 30 dias, às demandas apresentadas durante o encontro, que reuniu vereadores, órgãos públicos e representantes da população



(Fotos: Divulgação/CMNI)

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) realizou nesta quinta-feira (27) uma audiência pública para discutir os serviços prestados pela concessionária Light no município, especialmente as reclamações dos moradores relacionadas ao fornecimento de energia e aos problemas registrados após o forte vendaval que atingiu a cidade no dia 29 de julho deste ano.

Organizada pelo vereador Claudio Haja Luz, com a contribuição do presidente da Câmara, vereador Dr. Marcio Guerreiro, e do presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vereador Thadeu do Marcos Fernandes, a audiência reuniu representantes da concessionária, do poder público, de órgãos de fiscalização e da sociedade civil. Durante o encontro, os representantes da Light apresentaram as ações realizadas pela empresa no município e, em seguida, responderam a uma série de questionamentos feitos pelos vereadores.



Para o vereador Haja Luz, a audiência foi fundamental para aproximar a população da concessionária e buscar soluções concretas para os problemas enfrentados diariamente pelos moradores. “A população precisa ser ouvida e, principalmente, precisa ter respostas. Nosso objetivo com esta audiência é estabelecer um diálogo direto com a Light, cobrar soluções e garantir que os moradores de Nova Iguaçu tenham um serviço de qualidade e saibam a quem recorrer quando os problemas acontecerem.”

O presidente da CMNI, vereador Dr. Marcio, destacou a importância da Câmara atuar como ponte entre a população e a empresa responsável pelo fornecimento de energia. “A Câmara Municipal tem o dever de estar ao lado da população. Quando existem reclamações que não estão sendo solucionadas, precisamos abrir este espaço de diálogo e cobrar respostas.”



Já o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vereador Thadeu, ressaltou que a principal preocupação é garantir que o consumidor tenha seus direitos respeitados. “O consumidor não pode ficar sem resposta. Muitas vezes o morador enfrenta um problema, procura a concessionária e não consegue uma solução ou sequer sabe qual é o canal adequado para registrar sua reclamação. Precisamos melhorar essa comunicação e garantir que cada demanda tenha encaminhamento e resposta.”

Entre os principais pontos discutidos esteve justamente a necessidade de melhorar a comunicação entre a Light e os moradores. Os vereadores relataram que diversas reclamações da população não recebem resposta e defenderam a criação de um canal de comunicação direta entre a concessionária e a Câmara Municipal. A proposta é que a CMNI possa encaminhar diretamente à empresa demandas consideradas urgentes pelos vereadores, permitindo uma atuação mais rápida nos casos que envolvam problemas no fornecimento de energia e situações que representem risco ou prejuízo aos moradores.



Outro ponto de destaque foi a necessidade de a Light contar com um plano de contingência mais estruturado para situações de emergência, como o vendaval registrado no dia 29 de julho, que provocou diversos transtornos e deixou moradores de diferentes regiões do município sem energia elétrica. Os vereadores cobraram que a concessionária esteja preparada para responder de maneira mais rápida e eficiente diante de uma nova ocorrência de grandes proporções. Os representantes da Light se comprometeram a elaborar um plano para situações dessa natureza.

As chamadas caixas blindadas instaladas pela concessionária também foram alvo de questionamentos durante a audiência. As ligações clandestinas foram apontadas pelos representantes da empresa como um dos problemas que impactam a prestação do serviço. O bairro Campo Belo e outras regiões do município também foram citados pelos vereadores, que solicitaram atenção especial para os problemas relacionados às ligações subterrâneas.

Fiscalização

Representando a Procuradoria Geral do Município, a assessora técnica Elis de Oliveira participou da audiência em nome do procurador João Bosco. Também esteve presente Rodrigo Tenório, assessor de regulação da Agenesra. Segundo ele, está prevista para 2027 a assinatura de um contrato de metas que permitirá à agência ampliar a fiscalização efetiva dos serviços prestados pela Light, em cumprimento às determinações da Aneel.

A Defesa Civil também participou da discussão, representada pelo tenente-coronel Wilson Santos, superintendente do órgão. O subsecretário de Direitos Humanos, Kleber Luiz Gonzaga, representou a secretária municipal de Assistência Social, Elaine Medeiros. Esteve presente Rodrigo Gato, subsecretário de Iluminação Pública da Secretaria de Serviços Delegados. A sociedade civil esteve representada por José Feitosa, diretor da Associação de Moradores do Km 32.

Representantes da Light

A concessionária foi representada por Bruno Almeida, gerente de Serviços Técnicos; Pablo Galhano, coordenador de Relações Institucionais; e Andréa Bastos, gerente de Relações Institucionais. Também participaram representantes das áreas comercial, técnica, de engenharia e da assessoria de comunicação da empresa.

Ao final da audiência, a Light se comprometeu a apresentar, no prazo de 30 dias, respostas às demandas e questionamentos levantados pelos vereadores, entre eles Danielzinho da Padaria, Marcio Simpatia, Baixinho da Van, Juan Santa Cruz, Claudinho da Kombi e Alexandre da Padaria.